



Abteilung für Stadt- und Regionalentwicklung
Department of Urban and Regional Development



Andreas Novy, Ana Cristina Fernandes

A real supremacia do dinheiro
do *Plano Real* brasileiro

SRE-Discussion 59

1998

SRE

A REAL SUPREMACIA DO DINHEIRO do *Plano Real* brasileiro*

Andreas Novy
Ana Cristina Fernandes**

Certamente a esquerda estava com a razão quando afirmava que 1994 era um ano de ruptura. Porém, o conteúdo desta ruptura foi basicamente diferente do previsto. Ao lançar o real poucos meses antes das eleições, uma única medida política tornou o governo capaz de impedir uma mudança de poder. De uma tacada só, caíram as taxas de inflação e também a preferência do eleitorado pela oposição. Com uma vantagem impressionante, FHC venceu as eleições, mas mais do que isso, viabilizou mais uma vez a continuidade do sistema de poder. A surpreendente força deste programa alternativo conseguiu aquilo que não foi possível em mais de uma década: conciliar novamente os grandes interesses, as diferentes frações de poder do país, depois da longa crise e instabilidade dos anos 80 que exacerbou seus conflitos a extremos. Os interesses particulares foram enfim subordinados a um objetivo comum central, de impedir a subida ao poder de um homem do povo. Isto não é nenhuma estratégia nova. Mas, com a estabilização monetária e política que a eleição de 1994 permitiu, pode-se argumentar que estaríamos mais próximos da realização do sonho hegemônico de „uma classe ou grupo econômico“ que „estabelec[e] alianças ou subordin[a] os demais grupos ou classes com o fim de desenvolver uma forma econômica compatível com seus interesses e objetivos“ (Cardoso e Faletto, 1984:23).

A evolução da conjuntura econômica associada ao plano de estabilização lança, porém, não só dúvidas sobre sua própria sustentabilidade, como também sobre o projeto reeleitoral. Será que o modelo de estabilização implantado possibilitará mesmo um novo „milagre brasileiro“, uma fase de crescimento dinâmico que solucione a trajetória instável do PIB, uma vez mais ao custo da exclusão da maioria da população, nos moldes do desenvolvimento econômico com dependência descritos por Cardoso e Faletto? Em que medida o projeto hegemônico, passando desde o Plano Real, pela eleição e pela reeleição do presidente Cardoso (como dizia o ex-Ministro Sérgio Motta, o deste governo é um projeto para durar 20 anos), está associado a um significativo e inigualável processo de concentração de poder econômico neste país, o que implica em grandes alterações no sistema de poder?

* Este trabalho foi escrito em setembro de 1997, e contou com o apoio da FAPESP.

** Andreas Novy é professor do Instituto de Estudos Urbanos e Regionais (IIR) da Universidade de Economia de Viena (WU-WIEN); Ana Cristina Fernandes é professora no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana da Universidade Federal de São Carlos, São Paulo. Os autores agradecem à FAPESP pelo apoio financeiro que propiciou a elaboração deste artigo, assim como ao Prof. Wilson Cano pelos comentários pertinentes. A responsabilidade pelos desacertos, é evidente, recaem unicamente sobre os autores.

Assumimos, que não existe hegemonia sem sustentabilidade econômica e política, daí a importância do plano de estabilização, assim como dos levantes das polícias e crises de inadimplência estaduais, ou ainda, a instabilidade social motivada pela seca no Nordeste e pelo desemprego, mais recentemente. Em assim sendo, à luz desta noção de sustentabilidade, nos dedicamos a seguir a analisar os primeiros resultados macro-econômicos da política econômica inaugurada com o real. Convencido da extensão do poder de sua política econômica, o governo Cardoso tem produzido significativas mudanças „nas bases de sustentação da [sua] estrutura econômica e política“ (Cardoso e Faletto, 1984:24), que reputamos como o objetivo por excelência de seu projeto político. Partindo da concepção que este é um projeto excludente, argumentamos inspirados em Fiori (1995) que a deterioração na estrutura social dele derivada induz a instabilidades capazes de ameaçar o projeto reeleitoral. Contraditoriamente, o mesmo receituário econômico que permitiu a candidatura vitoriosa de Cardoso em 1994, contém os elementos de incerteza da segunda candidatura. É o que as seções a seguir objetivam descrever.

1. Crescimento com inflação ou estagnação com estabilidade?

O Plano Real é, à primeira vista, um programa de combate à inflação. Desde os anos 50, a inflação é vista como o cerne do problema do desenvolvimento econômico brasileiro. Durante os anos 80 e no começo dos anos 90, o combate à inflação foi se tornando cada vez mais a principal meta política a ser alcançada pelos governos. E até hoje, o principal argumento em defesa do Plano Real (e da reeleição) é fato de que tem assegurado, há quatro anos, o baixo nível de inflação. No início da década de 90, e inclusive em 1994, ano em que o Real foi criado, a taxa de inflação era superior à marca dos 1000%; no ano de 1995, despencou para 14,8% , em 1996, caiu ainda mais, ficando abaixo dos 10% (9,3%), chegando a 7,6% em 1997 (ver tabela 01).

Em julho de 1994, o índice da taxa de câmbio chegou a 85,0, bem abaixo dos 100,0 do ano base de 1992, caindo ainda mais para 66,0 em 1996, quando pela primeira vez depois da implantação do real, o câmbio atinge a marca de paridade 1,0¹. Enquanto que no período de julho de 1994 até dezembro de 1996, o total da desvalorização correspondeu a 4%, o índice médio de custos no setor industrial esteve na faixa de 21,68% e o índice de preços ao consumidor em 60,26% (Pinto, 1997a). A taxa de câmbio e a vinculação ao dólar americano foram asseguradas com uma reserva monetária elevada. Tradicionalmente baixa no Brasil, em 1990 chegou perto de 10 bilhões de

¹ Em vista da dificuldade em se analisar os valores para o câmbio referentes aos anos 1990 a 1992, disponibilizados pelos boletins do Banco Central, e para uma melhor visualização do comportamento desta variável, foi incorporada à tabela a série do *índice* da taxa de câmbio produzidos pelo FUNDAP/IESP.

dólares, em 1994 atingiu a quantia de 38,8 bilhões, e em 1996 alcançou 60,1 bilhões de dólares². Em vista de tal crescimento, o governo dispôs de certo poder para proteger sua moeda contra especulações, especialmente depois da crise asiática, que reacendeu a discussão em torno da política cambial. Esta, baseada na correção mensal da taxa nominal um pouco acima da variação dos preços, tem se caracterizado pela livre flutuação dentro das bandas estabelecidas pela política no tempo³ (Castro, 1997). Segundo o IPEA (Folha de São Paulo, 03/08/97), esta flutuação tem se acentuado, mais recentemente, aumentando o ritmo da desvalorização real da moeda brasileira, ao ponto de atingir a marca de 8.3%, entre janeiro de 1996 e junho de 1997. Com esta política cambial, o governo objetiva a redução das taxas de juros, sem ter que recorrer a uma desvalorização mais brusca, ao mesmo tempo em que permite a manutenção do esforço para ampliar a competitividade do produto brasileiro nos mercados interno e externo, e com isso reduzir o desequilíbrio comercial.

Tabela 01.
Indicadores Macroeconômicos

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
inflação (a)	1.476,60	480,2	1.158,00	2.708,60	909,6	14,8	9,3	7,5
taxa de juros real (b)	-4,8	6,7	30,2	7,1	24,8	33,1	23,9*	42,0*
taxa de câmbio (c)	0,0000249	0,000149	0,0016	0,0322	0,6389	0,9177	1,0052	1,0417
índices da taxa de câmbio (d)	79,6	91,9	100	98,3	85	67,7	66,0	68,4
reservas internacionais (e)	9,9	9,4	23,7	32,2	38,8	51,8	60,1	52,2
investimento (% PIB)	21,6	18,8	18,9	19,2	19,6	19,2	19,5	-
dívida externa total (e)	123,4	123,9	135,9	145,7	148,3	159,2	178,1	193,1

Fonte: Boletim do Banco Central e Indicadores IESP.

(a) Deflator IGP-DI Geral, FGV, taxa de variação no período (%).

(b) Over/Selic (títulos federais); taxas acumuladas no ano, deflacionadas pelo IGP-DI centrado em final de mês;

* Valores nominais.

(c) Valor para relação R\$/US\$, dezembro.

(d) Deflator INPC; fonte: Indicadores IESP.

(e) Valores em US\$ bilhão, dezembro.

Todavia, não se deve esquecer que as reservas monetárias não são muito maiores do que as obrigações a curto prazo (44 bilhões de dólares), mais as taxas de juros (Pinto, 1997b). O acúmulo de grande reserva cambial foi possível devido a uma política de juros altos que, embora tenham caído mais recentemente, segundo a estratégia descrita acima, foram estratégicas para assegurar a atração de investidores nacionais e estrangeiros, nos primeiros dois anos do real. Os juros reais, isto

² Em 1997, o estoque das reservas sofreu redução em decorrência do ataque sofrido pelo real logo após o desencadeamento da crise asiática. Ainda assim, neste último ano, o nível do estoque ainda se manteve bem acima dos valores observados no período pré-real.

³ Segundo Castro, hoje é generalizadamente reconhecido que a taxa de câmbio está sobrevalorizada, e que é precisamente este o mecanismo que trava o crescimento da economia brasileira (e não a não aprovação das reformas constitucionais). Em vista da impossibilidade de negar a defasagem cambial, e deixando de lado a „aposta“ de que aumentos de produtividade a corrigiriam espontaneamente, o governo persegue hoje „uma estratégia gradualista de correção do problema [que] consiste na correção do câmbio a taxas ligeiramente superiores à elevação dos preços industriais internos“ (op.cit.:2).

é, juros após a dedução da taxa de inflação, chegaram a 24,8% em 1994, e a 33,1% em 1995, caindo em 1996, para saltar para a casa dos 40% em 1997, em resposta ao ataque especulativo sofrido pelo real após a crise asiática (ver tabela 01)⁴. Sem dúvida, estes são patamares que somente poucos mercados financeiros mundiais são capazes de manter, pela pressão que causam sobre as finanças públicas e sobre a capacidade de investimento nacional, tanto do setor privado como do setor público. Além da aplicação financeira atraída pelos juros altos, os investidores no mercado brasileiro também promoveram um boom nas bolsas de valores. Seguindo o indicador da BOVESPA, em 1996, verificou-se um crescimento significativo (63,8%), que deve ser atribuído, particularmente, à forte valorização das ações das empresas estatais desencadeada pelo Programa Nacional de Desestatização (PND). Os indicadores das 100 maiores empresas privadas fora do setor financeiro mostram somente uma modesta valorização de 14% (Somoggi, 1997).

Tabela 2
Brasil - Indicadores de conjuntura econômica, 1980-1997

	1980	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	variação média anual 1990-97
PIB Total (a)	221,6	445,9	386,2	387,3	429,7	543,1	705,4	775,4	803,0	8,8
taxa anual de variação do PIB	9,2	-4,3	0,3	-0,8	4,2	6	4,3	2,8	3,0	-
PIB per capita (b)	4.408,42	4.352,73	4.251,02	4.364,44	4.561,05	4.692,29	4.763,61	4.835,06	4.835,06	1,3
taxa real de variação do PIB per capita		-5,5	-0,6	-2,1	3,4	4,3	2,8	1,4	1,5	-
índice de emprego (c)										
total		112,81	109,99	106,87	107,6	108,94	107,07	105,77	105,33	-1,0
indústria de transformação		110,7	105,79	100,31	101,06	102,63	98,05	95,59	93,67	-2,4
taxa de desocupação (d)		3,93	4,15	4,5	4,39	3,42	4,44	3,82	4,84	3,0
FBKF (e)	23,6	15,5	15,2	14	14,4	15,3	16,6	16,0	-	0,5
índice da prod. industrial (f)	101,1	91,1	88,7	85,4	91,8	98,8	100,6	102,2	106,2	1,9
indústria de transformação		90,5	88,4	84,8	91,6	98,8	100,5	101,4	105,0	1,9
utilização de capacidade instalada (g)		-	-	72,29	75,23	77,13	78,05	78,19	79,0	1,3
produtividade na indústria (h)		96,0	104,8	106,7	115,1	126,8	129,7	141,5	153,1	6,7

Fonte: Boletim do Banco Central, diversos números.

(a) PIB, nova série divulgada pelo Bacen, estimativa, current US\$ billion; valores estimados pelo BCB para 1996.

(b) IBGE, preços constantes de 1996; valores estimados pelo BCB para 1996.

(c) Índice mensal do nível de emprego para o Brasil, MTb, 1985=100, dezembro.

(d) IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego, média das taxas das regiões metropolitanas de Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife; taxas médias anuais de 1990 a 1994, e taxa do mês de dezembro para os demais anos.

(e) Percentual do PIB, preços constantes de 1980.

(f) Base: média de 1989=100.

(g) Porcentagem da capacidade utilizada no mês.

(h) Indústria de São Paulo.

⁴ A utilização de séries um pouco mais longas (sic) dos indicadores macroeconômicos brasileiros está comprometida pela constante mudança de anos base ou mesmo interrupção de publicação de algumas variáveis pela autoridade monetária. Este último fator é a causa da apresentação das taxas de juros nominais para os anos de 1996 e 1997.

Juntamente com a estabilidade monetária, o Plano Real foi desenhado para contribuir, já a curto prazo, para o reaquecimento da economia. De um lado, pelo simples impacto que a estabilidade causa sobre a demanda dos grupos sociais desprotegidos contra a inflação alta, e de outro, através da propriedade do plano de proporcionar ao empresariado nacional condições apropriadas, previsibilidade e rumos definidos para uma economia mais eficiente. Embora distante do patamar de duas cifras do „milagre brasileiro“, no início dos anos 70, o Brasil atingiu sua maior taxa de crescimento da década de 90, exatamente em 1994 (6%). Além disso, o país alcança um cenário de crescimento mais estável, ao contrário do que se verificou no período anterior ao plano, caracterizado por grande flutuação da taxa de variação do PIB (ver tabela 02). Em 1995, porém, a taxa de crescimento caiu, reduzindo o patamar de crescimento ao nível modesto do início dos anos 90 (e dos anos 80), para cair ainda mais para 2,8%, no ano seguinte, em meio ao desequilíbrio das contas externas, como será verificado mais adiante, subindo um pouco para 3,0% no final do período.

No setor industrial, mais especificamente na indústria de transformação, o crescimento do produto foi mais instável, embora positivo em todos os anos desde o plano real. De grandes proporções em 1994, cai drasticamente no ano seguinte, chegando ao índice de 1,4% em 1996, e recuperando-se no ano seguinte (ver tabela 03). Alguns setores chegaram até a encolher, a partir de 1995, quando os ajustes ao plano são implementados com a crise mexicana. Depois de crescimento acentuado entre 1994 e 1995 (21,1%), por exemplo, a indústria mecânica apresenta uma forte contração nos dois anos consecutivos (-4,5% e -18,6%, respectivamente), uma vez fortemente expostos à concorrência internacional. O resultado deste setor contribui significativamente para o desempenho negativo da indústria de bens de capital que chega a se contrair em cerca de 16%, entre 1995 e 1996. Comportamento semelhante é verificado na indústria metalúrgica (-1,6% e -2,1%), têxtil (-5,8% e -5,8%) e na indústria de vestuário e calçados (-6,9% e -3,4%). Trata-se de uma queda de tal magnitude que, em se mantendo a atual política comercial, em alguns anos a abertura comercial poderá ter destruído - ou transformado em direção à „conglomerção“ do capital - boa parte da estrutura industrial, construída com gigantesco esforço social. Efeitos desta contração sobre a capacidade de exportação do país já são perceptíveis, com o crescimento da participação de produtos semi-industrializados e agrícolas - típicos de países do Terceiro Mundo - no total da pauta, como mostra a tabela 05, mais adiante. Vale registrar, entretanto, que o comportamento dos indicadores de produção industrial sofrem alteração de tendência em 1997, quando a média da indústria volta a crescer, puxada pela indústria de bens intermediários e bens de capital, com destaque para material de transportes. Esta última, no entanto, não foi capaz de recuperar as perdas do ano anterior.

Tabela 03
Indicadores de produção industrial
Varição anual (%)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Total	-8,9	-2,6	-3,7	7,5	7,6	1,8	1,4	3,9
Indústria de transformação	-9,5	-2,4	-4,1	8,1	7,8	1,6	-1,2	3,6
Metalúrgica	-12,6	-5,7	-0,6	7,7	10,2	-1,6	-2,1	5,8
Mecânica	-16,9	-10,3	-9,5	17,4	21,1	-4,5	-18,6	7,3
Material elétrico e com.	-	-6,6	-12,6	14,2	19	14,6	3,5	-2,4
Material de transportes	-15,9	-0,2	-2,2	20,8	13,4	4,1	-0,3	9,8
Química	-8,1	-7,7	-0,5	4,3	6,6	-0,5	4,9	5,5
Têxtil	-10,1	2,8	-4,5	-0,5	3,8	-5,8	-5,8	-5,5
Vestuário, calçad. e art. tecidos	-14	-13,2	-7,7	10,6	-2,1	-6,9	-3,4	-6,8
Bens de capital	-15,5	-1,3	-6,9	9,6	18,7	0,3	-15,9	4,7
Bens intermediários	-8,7	-2,3	-2,4	5,5	6,5	0,2	2,1	4,6
Bens de consumo	-5,3	2,1	-5,4	10,2	4,4	6,2	5,0	1,2
Durável	-5,8	4,7	-13	29,1	15,1	14,5	11,1	2,9
Semidurável e não-durável	-5,2	1,8	-3,8	6,7	1,9	4,2	3,3	0,7

Fonte: Banco Central do Brasil, Boletim Julho 1997.

* Produção no período janeiro-abril de 1997, comparada à de igual período do ano anterior.

Apesar do baixo crescimento do final do período estudado, a renda per capita apresentou um crescimento constante entre 1992 e 1997, atingindo neste ano o valor de R\$ 4.835,06, o que representa, entretanto, um crescimento médio anual de apenas 1,3% nos sete anos da década de 90, comparado ao crescimento do produto da ordem de 8,8% (ver tabela 2). Quer dizer, o Plano Real pôde com certeza inverter a tendência dos anos iniciais da década, quando a instabilidade monetária restringia as possibilidades de expansão da demanda; mas mesmo assim o valor da renda per capita de 1996 é muito pouco superior ao de dez anos antes, 1986 (R\$ 4.640,93). O crescimento inflacionário no período de 1950 a 1980 foi substituído, com a adoção do plano real, por uma fase de baixo crescimento - ou estagnação deflacionária. Com o controle do „monstro da inflação“, não mais se discute que durante muito tempo a inflação foi um mecanismo de sustentação do crescimento econômico, apesar de seus efeitos negativos sobre a distribuição de renda. Ao contrário, o argumento mais divulgado é aquele que dissolve o conflito de distribuição de renda entre as diferentes classes sociais pela simples interrupção da espiral inflacionária. E desta forma, se justifica o baixo crescimento.

A tabela 04 mostra que, de 1984 a 1990, o índice mensal total do nível do emprego cresceu quase 13%, mas entra em declínio a partir de 1990, apresentando uma tendência de queda nos sete anos da década que chega a atingir a taxa média anual de -0,98%. Com isso, a taxa de desemprego aberto detectada pelo IBGE demonstra um crescimento médio da ordem de 3,91% ao ano, no mesmo período. Uma análise mais detida da mesma tabela 04 revela que a estabilidade monetária proporcionou uma recuperação na medida em que o índice cresce em 1994 (108,94), após a implantação do real. Mas com a queda constante que se observa em seguida (107,07, em 1995,

105,77, em 1996, e 105,33, em 1997), é plausível concluir que a recuperação de 1994 se deveu ao efeito expansionista imediato à implantação do plano de estabilização.

Tabela 4

Brasil - Indicadores do mercado de trabalho, 1980 a 1996
Índice Mensal do Nível do Emprego (dezembro de 1984=100)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	variação média anual 1990-97
Total	112,81	109,99	106,87	107,60	108,94	107,07	105,77	105,33	-0,98
Indústria de transformação	110,70	105,79	100,31	101,06	102,63	98,05	95,59	93,67	-2,36
Metalurgia	107,84		95,86	97,04	98,93	94,13	91,65	91,60	-2,30
Mecânica	114,74		99,10	101,30	104,93	102,10	97,59	95,98	-2,52
Material elétrico e de comunic.	115,84		93,16	90,97	91,49	88,43	86,25	82,37	-4,75
Material de transportes	103,73		92,14	93,49	94,42	86,21	80,80	82,55	-3,21
Têxtil	114,15		98,43	100,71	102,94	94,58	92,04	88,27	-3,61
Calçados	90,90		89,23	90,54	88,37	81,60	80,31	76,24	-2,48
Taxa de desemprego aberto (a)	4,28	4,82	5,80	5,31	5,06	4,64	5,50	5,60	3,91

Fonte: Boletim do Banco Central, Julho/97, Suplemento Estatístico, e Indicadores IESP.

Valores de dezembro de cada ano.

(a) Taxa de desemprego aberto, semana (% da PEA); dezembro de cada ano; fonte: IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego.

Em vista da abertura comercial, e da regulação dos preços via âncora cambial dela decorrente, duas tendências se somam para a queda observada: de um lado, a própria concorrência externa, que levou a alguma desvalorização de capitais brasileiros, e de outro, os esforços de ganhos de produtividade que se seguiram ao impacto inicial da abertura. Este é particularmente sentido na indústria de transformação. O aumento de 10% ocorrido no mercado de trabalho, no período de 1985 até 1990, é confrontado com uma queda do índice de emprego de 102,63 (1994), para 93,67 (a queda é maior, se considerado todo o período, chegando à média de 2,36% ao ano). Em alguns setores isolados, bastante atingidos pela abertura de mercado, o quadro é mais dramático ainda (indústrias metalúrgica, mecânica, material de transporte - especificamente o setor de autopeças - indústria têxtil e especialmente a indústria de material elétrico e de comunicações (redução recorde com taxa média anual de 4,75%, entre 1990 e 1996), justo aquela onde se observou um boom nas vendas pós-real. Considerando o período final da série apresentada (1996-97), à exceção do setor de material de transportes (em vista das condições específicas proporcionadas pelo regime automotivo) não observa sinais de recuperação entre os setores apresentados na tabela 04.

Esta forte retração no mercado de trabalho formal não representou, necessariamente um aumento de desemprego na mesma proporção, e sim uma precarização das condições de trabalho. Como mostra Pochmann (1997)⁵, o setor informal, que é o que tem produzido novos postos de

⁵ Baseado em série divulgada pelo IBGE, Estatísticas Históricas do Brasil e Ministério do Trabalho, Pochmann (1997) concluiu que, entre 1989 e 1995, o emprego assalariado no Brasil cresceu apenas 0,48%, enquanto a PEA cresceu

trabalho nesta década, tem amenizado o choque sentido no mercado de trabalho com a abertura, e mais recentemente com o plano real. Segundo o autor, foi na indústria onde o fenômeno se verificou mais acentuadamente: entre 1989 e 1995 foram fechados 230 mil postos de trabalho por ano. Para ele, predomina hoje no país os empregos sem carteira, por conta própria, ou pequenos negócios familiares onde parte dos empregados são membros da família, não-remunerados. Não é inútil lembrar que estes são postos de trabalho caracterizados por sua baixa remuneração, ausência de registro profissional e conseqüente elevação da vulnerabilidade do trabalhador à exploração de sua mão-de-obra. Ainda assim, em 1996, o desemprego aberto volta a crescer, atingindo a faixa dos 5,5%, e de 5,6%, no ano seguinte, depois de quatro anos de redução contínua, como mostra a tabela 04. Somente em São Paulo, de julho de 1994 até dezembro de 1996, foram suprimidos 320.864 postos de trabalho na indústria (Lírio, 1997a).

O crescente índice de desemprego não conduz necessariamente a um agravamento da distribuição de renda. O Governo usa isto como argumento de que as classes mais pobres, devido à supressão do ônus inflacionário, „até melhoraram sua renda com o Plano Real“. Em 1989, os 50% mais pobres dos empregados detinham 11,8% do total da renda; em 1994, a participação destes caiu para 10,4%, mas cresceu para 11,6%, em 1995 (Folha de São Paulo, 24/07/97). Também o índice de Gini, fator para medir a desigualdade da distribuição de renda, subiu em 1992 de 0,575 para 0,603, em 1993, para cair para 0,592, em 1995 - um valor contudo ainda inferior ao de 1992 (Nogueira Batista, 1997). Isto mostra que a melhoria apresentada em 1995 foi, antes de tudo, um retorno à situação anterior ao início do Plano. Novas pesquisas mostram ainda que a distância entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres aumentou da faixa dos 4,8 para 6,5, entre 1986 e 1996. Em 1993, esta relação aumentou para 7,2 e em 1994 diminuiu novamente para 6,4 (Zini, 1997). É conhecido o peso da estabilização nesta tendência de „melhora“ na distribuição da renda no Brasil, mas é igualmente evidente que a supressão da inflação por si só não é capaz de resolver o problema da pobreza, cujas causas têm raízes muito mais profundas. O argumento da distribuição via interrupção da espiral inflacionária não pode, portanto, se sustentar por muito mais tempo, e deve provocar acirrados debates na campanha e (re)eleitoral.

Enquanto a inflação alta esteve em vigor, a classe média, como é sabido, conseguiu se proteger muito melhor contra a inflação do que os pobres, que só tinham acesso à moeda não indexada. Por isso, o fim da inflação significou um avanço para estes últimos, enquanto a sobrecarga recaiu sobre a primeira, num primeiro momento. O consumo agregado, porém, não foi afetado com

2,08%, e o emprego sem remuneração cresceu 5,00%. Entre os assalariados, o emprego com registro em carteira chegou a diminuir a uma taxa média anual de -1,41%. O autor estima que, entre 1989 e 1995, de cada dez novas ocupações, apenas duas são assalariadas, quando no período de 1940 a 1980 a relação era exatamente oposta.

a limitação imposta à classe média, devido às diversas possibilidades de acesso ao crédito abertas aos pobres. Nos setores mais expostos à concorrência dos importados, como no caso da indústria de aparelhos eletrônicos, linha branca ou automotiva, pode-se até falar num „boom“ (conferir Fernandes, 1997^a, e Lírio, 1997b); em outros casos, como na indústria de couro, houve uma forte diminuição de preços, que produziu um efeito positivo para o consumidor; ou ainda preços que subiram abaixo da média, como foi observado na indústria de vestuário e de produtos alimentícios⁶. Fenômeno semelhante foi verificado nos primeiros anos do plano argentino de estabilização, no começo dos anos 90 (Musacchio, 1996:57).

São os custos das prestações de serviços os que mais reagiram à estabilização com forte pressão altista. Começando pela faxineira e indo até às consultas médicas e às prestações escolares e de planos de saúde, são itens que subiram muito acima da média. Desde o início do Plano, subiram na proporção de 154%, enquanto que a inflação ficou na faixa dos 60% (Fernandes, 1997b). Por outro lado, houve uma piora na prestação dos serviços públicos, como na educação e na saúde, pressionada pela demanda adicional provocada pela entrada de setores inadimplentes da classe média, em paralelo à dificuldade financeira dos níveis de governo em financiarem tais serviços. „Na realidade, no geral o consumidor está melhor, quem está pior é o cidadão. O consumidor obtém muitas facilidades, como créditos, financiamentos a prazo, etc. Mas quando este consumidor fica doente e não tem dinheiro, morre na fila esperando atendimento médico“ (Quadros, citado em Pires, 1997).

2. Globalização: um mito?

A partir dos anos 40, o Brasil, famoso exportador de açúcar e café, foi-se direcionando para uma economia fechada. Desde 1947, seu coeficiente de exportação foi caindo de 14,8% para 7,6%, em 1980 (Becker e Egler, 1992:112). Em 1989, quando o país ainda implantava oficialmente a política de substituição de importações, atingiu a faixa dos 9,1%. Apesar do discurso e também das medidas governamentais em prol da abertura de mercado, com o Plano Real este crescimento não foi nem de perto alcançado.

Fenômeno pouco diferente aconteceu com as importações, sempre inferiores às exportações durante os anos 80, quando o país produzia os famosos „mega-superávits“ comerciais. Vale lembrar que além das medidas restritivas impostas neste período, a reação da balança comercial decorreu em seguida à política de substituição de importações, que com suas barreiras e tarifas muito contribuiu para a redução das compras internacionais, embora houvesse dinamizado a expansão da base

⁶ Não se trata aqui da „âncora verde“, que contribuiu relevantemente para a queda da taxa inflacionária.

produtiva e infraestrutura econômica nacionais. Esta situação se altera com a implantação do plano real. Os produtos importados, cujos preços se tornam bastante competitivos no mercado doméstico com a ajuda do câmbio sobrevalorizado, acabaram tendo um papel fundamental no combate à inflação, servindo para equilibrar o nível de preço dos produtos nacionais. As medidas de restrição às importações foram bastante reduzidas e o controle alfandegário afrouxado. O crescimento pouco dinâmico das exportações e o aumento das importações provocaram uma virada radical na balança comercial, como mostra a tabela 5. Enquanto que no início dos anos 90 o saldo foi positivo no valor de duas cifras de bilhões de dólares, a partir de 1995 a balança comercial passa a ser negativa, chegando, em 1997, a apresentar um déficit da ordem de 8,4 bilhões de dólares.

O mais preocupante, porém, é a estrutura do déficit. O crescimento das exportações tem sido significativamente contrastante com o desempenho das importações: enquanto as primeiras apresentaram uma variação média anual, entre 1990 e 1997, da ordem de 7,8%, as importações ficaram na faixa de 16,8% (ver tabela 5), o que implica uma tendência preocupante no médio prazo, a continuarem vigentes as condições macroeconômicas atuais. No âmbito da indústria, o quadro é ainda mais preocupante: o saldo negativo da balança comercial do setor ultrapassa os 8 bilhões de dólares, sendo que nos setores metalúrgico e eletrônico superou a cifra dos 11 bilhões de dólares (Tavares, 1997). O Brasil ainda é um país de economia orientada ao mercado nacional, o que se justifica em razão da dimensão de seu mercado interno, que ainda tem muito o que crescer, inclusive, em vista da concentração de renda que prevalece no país. Em assim sendo, as empresas concentram suas vendas no mercado doméstico, de modo que tendem a recorrer à exportação apenas quando a demanda no mercado interno cai ao ponto de forçar uma via externa de retomada do crescimento, como foi o caso em 1984, depois da crise da dívida no início daquela década (Faria, 1995)⁷. Como esta demanda interna cresceu como reação imediata ao plano real, empresas nacionais têm aí mais uma razão, além da taxa de câmbio sobrevalorizada, para reduzir o percentual de suas vendas para o exterior.

⁷ Vale salientar que, em vista da abertura de mercado claramente seletiva para a indústria brasileira, em alguns setores específicos (como as indústrias têxtil e de vestuário), o nível de importações aumentou sensivelmente, enquanto que em setores dominados por corporações multinacionais (como na indústria automobilística) a abertura seguiu num ritmo bem mais lento.

Tabela 5
Brasil - Indicadores do setor externo, 1980 a 1996 (US\$ milhões correntes)

	1980	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	variação média anual 1990-97
exportações										
totais	20.132	31.414	31.620	35.793	38.555	43.545	46.506	47.747	52.986	7,8
industrializados		19.624	20.397	23.787	25.935	27.981	29.729	29.676	32.732	7,6
industrializados/total		0,62	0,65	0,66	0,67	0,64	0,64	0,62	0,62	-0,2
importações										
totais	22.955	20.661	21.041	20.554	25.256	33.079	49.858	53.286	61.358	16,8
bens de capital		5.932	5.966	6.335	8.369	12.690	19.891	20.184	26.232	23,7
bens capital/total		0,29	0,28	0,31	0,33	0,38	0,40	0,38	0,43	5,9
exp. totais/PIB	9,1	7,0	8,2	9,2	9,0	8,0	6,6	6,2	6,6	-0,9
imp. totais/PIB	10,4	4,6	5,4	5,3	5,9	6,1	7,1	6,9	7,6	7,4
saldo balança comercial	-2.823	10.753	10.579	15.239	13.299	10.466	-3.352	-5.539	-8.372	-
transações correntes		-2.474	-1.407	6.143	-592	-1.689	-17.972	-24.347	-33.439	45,1
reservas internacionais (a)	6,9	10,0	9,4	23,8	32,2	38,8	51,8	60,1	52,2	26,6
reservas/importações (%)	30,1	48,3	44,7	115,6	127,5	117,3	104,0	112,8	85,07	8,4

Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil, diversos anos e Fernandes (1996) para 1980

(a) US\$ bilhões.

O aumento acentuado das importações de bens de capital é digno de nota em vista do impacto significativo que também causou na economia. Dois são os motivos: o primeiro mostra que a importação de novas tecnologias causou de fato a elevação da produtividade que, segundo o governo, deve compensar a defasagem cambial, como já visto; e o segundo é que este crescimento das importações reflete, por outro lado, a situação de crise atual da indústria nacional de bens de capital⁸. Como mostra a tabela 3, em 1996, as indústrias de bens de capital enfrentaram uma retração significativa da ordem de 15,9%, capitaneada pelo desempenho negativo da indústria mecânica (-18,6%). Em ambos os casos, vale observar que a estabilização representou fator favorável no primeiro ano do real, mas que a partir do segundo ano a situação se inverte, o que é explicado pelo ajuste introduzido ou acentuado pelo plano: aumento de produtividade e qualidade, para uns, e incapacidade de enfrentar a concorrência externa, para outros, leia-se crescimento da importação de máquinas e equipamentos⁹. Os desvios produzidos neste ano levaram o governo a enfim atender

⁸ A indústria automobilística, graças a seu poder de influência sobre a política econômica, reagiu de maneira diferente à globalização, conseguindo garantir sua fatia do mercado nacional. As taxas alfandegárias para as importações de automóveis estão na faixa dos 70%, depois de um breve período de alíquotas bem inferiores. Desde os anos 50, as multinacionais automobilísticas implantadas no país souberam se beneficiar da política protecionista brasileira. Protegidos da concorrência internacional, os carros produzidos no país estão cotados no mercado internacional a um preço muito elevado, e com uma tecnologia ainda defasada. Desde os anos 80, vem-se verificando uma mudança notável neste setor, com o incremento de sua participação no mercado externo. Isto se dá, primeiramente, em decorrência da crise do mercado interno, e mais recentemente, como resultado da abertura comercial associada às estratégias globais das montadoras.

⁹ Projeção da Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas): em 1996, o setor de máquinas teria faturado US\$20 bilhões, cifra igual à de 1990. Mas suas importações dobraram no mesmo período, de US\$ 3 bilhões para US\$ 6 bilhões. Para o setor de autopeças a situação é semelhante: enquanto a alíquota de importação sobre veículos importados

reivindicações setoriais que, ao lado do desempenho do setor de material de transportes proporcionado pelo regime automotivo, já mencionado, permitiram em 1997 uma recuperação parcial das perdas do ano anterior, como mostra a tabela 3.

Assim, preocupado com a balança comercial negativa, e pressionado pelos setores mais atingidos do empresariado nacional, o governo procura amenizar esta tendência através de incentivos às exportações (redução de impostos sobre insumos e equipamentos importados para linha de produção destinada à exportação, linhas de crédito, e mais recentemente, isenção de ICMS). Só que, em 1996 e 1997, uma parte do desequilíbrio do comércio exterior resultou, não de empresas nacionais, mas de investimentos diretos injetados no país (Marin, 1997), justo aqueles onde se concentra a expectativa do governo de incrementar as exportações. Segundo Laplane e Sarti (1997), uma vez que têm se concentrado na produção de bens finais de consumo para o mercado interno, em vista do potencial de crescimento deste, como já mencionado, estes investimentos têm contribuído para o agravamento do déficit pela pressão que fazem sobre a demanda por equipamentos e insumos importados¹⁰. Como consequência de tal desequilíbrio, não resta ao governo muito mais que segurar o crescimento do mercado interno, para com isso forçar a redução das importações, e esperar pelos ganhos de produtividade na indústria e na „logística da infraestrutura econômica“ que tanto almeja.

Ainda mais preocupante para a estabilização da economia brasileira é o explosivo resultado negativo das transações correntes do balanço de pagamentos, que em 1996 chegou à cifra de 24,3 bilhões de reais, causado principalmente pelo pagamento dos juros da dívida externa (12,8 bilhões de reais), remessas de juros (9,8 bilhões de reais), e pelo já mencionado crescente déficit na balança comercial. Em 1997, a conta corrente subiu ainda mais, chegando a 33,4 bilhões negativos (ver tabela 05). Vale lembrar que quase todas as medidas possíveis para tentar equilibrar este descompasso comercial externo significam uma contínua redução do já pequeno crescimento

é de 70%, para o setor a taxa é de apenas 2%. Resultado deste ajuste sobre o mercado de trabalho no ABCD paulista: dos 203 mil metalúrgicos que a região apresentava em 1987, restaram no final de 1996 apenas 131 mil. Em Santo André, sede de grande parte da indústria brasileira de autopeças, 50% dos empregos desapareceram no mesmo período. A venda da Metal Leve à alemã Mahle estimulou analistas como Michael Heidingsfelder, da consultora Roland Berger, a afirmar: „as indústrias brasileiras de autopeças que não tiverem aporte externo de capital e tecnologia, não devem resistir à globalização. Só 16% a 20% delas estão preparadas para competir. E três quarto destas são subsidiárias de empresas européias ou norte-americanas“ (Atenção, 1996).

¹⁰ A indústria automobilística constitui exemplo relevante: ao não realizar exportações no mesmo valor das importações em peças (que tiveram alíquota reduzida com este fim), conforme previsto no regime automotivo, as montadoras têm comprometido o equilíbrio comercial desenhado no regime. As 136 empresas – montadoras e fabricantes de autopeças – que aderiram ao regime importaram autopeças (US\$3,4 bilhões), matéria prima, bens de capital e veículos acabados num total de US\$6 bilhões, enquanto suas exportações atingiram US\$4,6 bilhões. Isto significa que, a indústria tem contribuído significativamente para o déficit comercial, gerando um saldo negativo que chegou a US\$1,4 bilhão, em 1996, ou seja, cerca de ¼ do déficit comercial total daquele ano (FSP, 02/04/1997). Vale salientar que, de um total de 79 novas empresas instaladas no Brasil entre 1994 e 1998, 20 são do setor automobilístico (Laplane e Sarti, 1997).

econômico¹¹. A chamada âncora cambial, assim mantida, eleva a competitividade dos produtos estrangeiros no mercado doméstico, ao mesmo tempo em que pressiona para baixo tanto os preços internos, como a competitividade dos produtos brasileiros em mercados externos. De outro lado, a taxa de juros alta, assim exercida em razão da necessidade de se manter o nível dos investimentos de curto prazo e, com isso, o montante das reservas internacionais, reforça as dificuldades dos produtores brasileiros, por onerar sua capacidade de investimento, e por conseqüência, sua capacidade de geração de emprego e renda. Entretanto, usando do argumento da legitimação e com a finalidade de não ameaçar a reeleição de FHC, o governo tem conseguido monitorar „politicamente“ as medidas consideradas recessivas, adotando a estratégia de „desvalorização imperceptível“ do câmbio, o estímulo à reestruturação e aumento de produtividade da indústria, já mencionados, associados à revisão da taxa de crescimento, já reduzida, quando acende o sinal amarelo.

No que tange às finanças públicas, os efeitos do plano real são igualmente dignos de menção. Nos anos 80, foi comum relacionar o índice inflacionário com o alto déficit público para esclarecer e exigir a diminuição deste déficit como requisito básico do combate à inflação. Com o Plano Real o que se verifica é um paradoxo perante este requisito: conseguiu-se baixar a inflação e aumentar a receita tributária ao mesmo tempo em que o déficit orçamentário aumentou visivelmente. Em 1995, o exame da síntese financeira do Tesouro Nacional mostra que as despesas superaram a receita em 3,97 bilhões de reais. Em 1996, o déficit tornou-se ainda maior, atingindo 9,13 bilhões de reais, apesar de uma arrecadação recorde no valor de 91,9 bilhões de reais. Em 1997, o déficit cai um pouco para 5,6 bilhões de reais, graças à receita com as privatizações, enquanto a receita tributária continua seu movimento ascendente (108,7 bilhões). Ademais, quase metade da dívida recaiu sobre os estados e municípios, enquanto o Governo Federal é responsável pela outra metade (Pinto 1997b). Em maio de 1996, a dívida pública era, em termos proporcionais, de 33% do PIB, chegando a 34,5%, em dezembro de 1997, que comparando com outros países (na Itália, por exemplo, alcança 120%), não é tão elevada. O que preocupa com a dívida pública brasileira é o crescimento galopante da dívida externa e o horizonte de prazo tão curto para o cumprimento de suas obrigações (Rückert 1996:6), depois da redução conseguida nos anos 80.

Uma análise detalhada da evolução orçamentária mostra que o Governo consegue ter mais controle dos custos de pessoal através de uma política de congelamento salarial para o servidor público (os funcionários públicos, sem questionar se são bem ou mal remunerados, não vêm

¹¹ O crescimento do PIB brasileiro está projetado pelo governo para a casa dos 4% para 1997. Em que pese a taxa para 1996 ter ficado mais que um ponto percentual abaixo da previsão, vale registrar que não é uma taxa pequena, quando comparada àquelas apresentadas pelos países europeus, mas abaixo de seu potencial para um país com grande demanda por investimentos em infraestrutura econômica e social, sem falar na ampliação do mercado interno via redistribuição de riqueza.

reajuste de salário desde janeiro de 1995). O mesmo não se pode dizer de sua dívida mobiliária interna (títulos do Tesouro Nacional e do BACEN): com sua política de juros altos, o governo vem assistindo ao crescimento do estoque da dívida de um valor já muito elevado de 57,3 bilhões de reais, em 1993, para 70,5 bilhões de reais, em 1994, e para 216,5 bilhões de reais em dezembro de 1997. O aumento do principal da dívida pública de 108,5 bilhões de reais para 176,2 bilhões de reais, no período de 1995 a 1996, reflete em grande parte a estratégia oficial de saneamento de bancos privados e públicos, que só em 1996 somou uma quantia de 24,4 bilhões de reais (Folha de São Paulo, 15/4/97). Com isto, não admira o comprometimento da capacidade dos estados, municípios e a União de cumprirem com suas obrigações nas áreas de educação e saúde, e de efetuarem os investimentos de infra-estrutura necessários para a redução do chamado „custo Brasil“.

Uma questão central de interesse da população é se o Estado é capaz de oferecer uma estrutura social mínima. A este respeito ocorreu uma mudança de competência com a promulgação da Constituição de 1988. Comparando-se com 1980, em 1992 as prefeituras puderam aumentar de 11% para 17% sua participação com os gastos sociais, enquanto os estados aumentaram de 24% para 27%, o que reduziu a participação do nível federal de 65% para 56% (Medici, 1995: 291). A crise financeira dos estados e municípios, certamente ameaça a qualidade do serviço social público prestado, o que se reflete na implantação do „imposto do cheque“- CPMF. Sua negociação revelou o reconhecimento oficial do estado crítico em que se encontra o setor brasileiro de saúde pública.

Em resumo, pode-se dizer que a estabilização significou o viés de inserção da sociedade e economia brasileiras no mercado globalizado. Não tanto no sentido do comércio de mercadorias, apesar do incremento da conta de importados, mas especialmente no que concerne à penetração internacional no mercado brasileiro de capitais, que, de longe, superou a taxa de crescimento do comércio exterior do país. Tirando proveito da política de estabilização, tanto na forma de investimentos diretos estrangeiros, quanto nas movimentações de capital de curto prazo, investidores e, principalmente, especuladores trocam dólar pelo real ao mesmo tempo em que contribuem para o crescimento considerável e indispensável da reserva monetária. Fica evidente que o que foi globalizado foi, acima de tudo, a moeda. Quando o presidente Cardoso esclarece aos seus cidadãos (Folha de São Paulo, 13/10/96), que os acordos políticos estão sob o imperativo da globalização, isto não quer dizer outra coisa senão que o dinheiro *global* impera no país e determina as regras do jogo.

3. à guisa de conclusão...

A análise dos pontos macroeconômicos essenciais (crescimento, inflação, finanças públicas, desemprego e distribuição de renda) não permite ainda caracterizar o plano como um sucesso, em vista da estrita perspectiva macroeconômica (o curto período desde que entrou em vigor). Por outro lado, a melhoria na área econômica se defronta com os crescentes déficit público nacional e no

comércio exterior, embora a limitação do desenvolvimento do mercado interno causado pelo desequilíbrio comercial externo seja fato nada recente. Ao contrário, acompanha os últimos 100 anos da história brasileira.

No ajuste do plano real, contudo, a dívida externa exerce um papel secundário: condições satisfatórias aos investimentos estão em primeiro plano. A política adotada, determinante tanto nos países em desenvolvimento, quanto nos antigos países comunistas do leste europeu, é a de garantir a estabilidade através de uma estratégia que combine câmbio defasado e juros altos. Conseqüentemente, com a alta remuneração dos ativos financeiros, cresce a dívida pública, e com ela a importância dos proprietários de capitais, brasileiros e estrangeiros. Desde que o Governo Federal começou a financiar sua dívida a juros altos, curto prazo e liberalização do mercado financeiro, deu-se início a uma maciça movimentação financeira em direção aos proprietários de capitais. Com isso, a estabilidade introduzida com o Plano Real revelou o Brasil aos investidores internacionais como um „emerging market“, o que reforça tal movimentação, tanto quanto a acumulação das reservas internacionais com as quais o governo defende a estabilização. Isto é a essência daquilo que é caracterizado como globalização. Tal fenômeno de internacionalização de capitais não ocorre nem de perto no que diz respeito ao comércio exterior brasileiro, onde as alterações que ocorreram não são comparáveis, nem em intensidade nem em valores, aos movimentos no setor financeiro.

Seria incorreto subestimar a amplitude das alterações ocorridas através das mudanças macroeconômicas provocadas pelo Plano Real, num período de tempo mais curto. O que se alterou mais definitivamente foram as relações de poder, e é aqui que reside o segundo e mais importante aspecto que caracteriza o modelo de estabilização. Mas este é outro tema, para o qual nos voltamos em outro artigo (Novy e Fernandes, 1997). Vale ressaltar aqui, porém, que as críticas à política econômica, da esquerda à da direita do espectro político, são muito próximas e semelhantes: a médio prazo está condenada ao fracasso por se fixar exclusivamente na estabilidade monetária e negligenciar uma política de criação de empregos e de crescimento.

O déficit duplo - fiscal e comercial – produzido pelo modelo de estabilização adotado tem, contudo, levado o governo a agir contra sua própria retórica. Como observam Pinto (Folha de São Paulo, 05/01/97) e Castro (Folha de São Paulo, 30/07/97), paulatinamente o governo tem reduzido juros e câmbio desde a crise asiática, embora queda de juros e desvalorização cambial estejam em contradição com a política de austeridade monetária. Ambas iniciativas não combinam com os interesses financeiros, de um lado, e de outro lado, pelo fato de as taxas ainda estarem em patamares muito altos, inspiram certa resistência nos setores produtivos da economia brasileira - que é onde há possibilidade de se criar empregos. Embora a retórica reafirme a manutenção da política, o governo

começou a reconhecer a ameaça que ela representa ao equilíbrio no setor externo, na medida em que sua manutenção contribui para o enfraquecimento da estrutura produtiva nacional¹².

Cabe, finalmente, um último comentário, em vista do projeto econômico desencadeado com o Plano Real. É evidente que seu talento político tem levado Cardoso a uma posição privilegiada. Sua reeleição em 1998 ainda parece certa, embora ameaçada pelos efeitos do plano real sobre a geração de empregos, oferta de serviços públicos, assim como pelas lutas internas no bloco de poder decorrentes do projeto hegemônico, especialmente após a morte de dois de seus mais próximos e estratégicos auxiliares. Mas o presidente está certamente atento às incertezas, pois bem sabe, desde seus escritos como sociólogo, que nem o contínuo subdesenvolvimento nem a predominância dos soberanos são uma lei natural: „...a análise do desenvolvimento deve supor sempre a ‘possibilidade’ de estagnação e de heteronomia. A determinação das possibilidades concretas de êxito depende de uma análise que não pode ser somente estrutural, mas que tem de compreender também o modo de atuação das forças sociais em jogo, tanto as que tendem a manter o *status quo* como aquelas que pressionam para que se produza a mudança social. Exige, além disso, a determinação das ‘orientações valorativas’ ou ideologias que animam as ações e os movimentos sociais (Cardoso e Faletto, 1984:38). Os protestos recentes são ameaças concretas ao „processo político“ que tem se dedicado a construir, pois ele sabe que aquilo que existe e o discurso hegemônico da globalização não são o único futuro possível. Ao contrário, „[s]abemos que o curso concreto da história, ainda que seja balizado por condições dadas, depende em grande parte da ousadia dos que se propõem a agir em função de fins historicamente viáveis (Cardoso e Faletto, 1984:143). Por isso, FHC tenta com todos os recursos assegurar sua política como alternativa única e a marginalizar, isolar ou desqualificar seus opositores.

Bibliografia

- Atenção 1996 A indústria brasileira está sumindo. São Paulo, 2(7): 10-17.
- Becker, B e Egler, C 1992 Brazil: a new regional power in the world-economy. A Regional Geography. Cambridge: Cambridge University Press.
- Becker, J e Novy, A 1996 Quo vadis, Linke? Elemente alternativer Entwicklungsstrategien. In: *KURSWECHSEL-Buch*: 101-111.
- Calzadilla, B e Novy, A 1995 Importsstituierende und exportorientierte Industrialisierung. In Feld-bauer/Gächter/Hardach/Novy, *Industrialisierung. Entwicklungsprozesse in Afrika*,

¹² Em fins de julho de 1997, o governo decretou o fim da isenção do imposto de importação para cerca de 3.600 máquinas e equipamentos (os chamados „ex-tarifários“), de modo a reduzir as compras de bens de capital no exterior e incentivar a indústria nacional. Já se chega a afirmar que o governo pratica uma „política industrial ativa“, embora „pontual“, isto é, voltada a superar gargalos específicos em setores específicos, que vão surgindo em decorrência da estabilização ou da exposição à competição externa. Vale registrar o risco de cartorialização embutido em tal modelo de política industrial (O Estado de São Paulo, 27/07/97).

- Asien und Lateinamerika. Historische Sozialkunde* 6. Frankfurt/Wien, Apsel&Brandes/Südwind: 33–46.
- Cardoso, F H e Faletto, E 1984 Dependência e desenvolvimento na América Latina. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 7^a edição.
- Castro, A B de 1997 Do real desencantado à desvalorização imperceptível. In: *Folha de São Paulo*, 30/07/97.
- O Estado de São Paulo 1997 Alíquota de importação de máquinas pode cair, em 27/07/97.
- Fiori, J L 1995 O vôo da coruja: uma leitura não liberal da crise e do estado desenvolvimentista. Rio de Janeiro, Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Fiori, J L 1997 O capitalismo e suas vias de desenvolvimento. In *Teoria e Debates*, 33:36-45.
- Faria, L A E 1995 Um estudo sobre o regime de acumulação da economia brasileira. Porto Alegre: FEE, Relatório de pesquisa.
- Faria, L A E 1996 Außenpolitik und Kapitalakkumulation: Brasilien und der Mercosur. In: Becker et al., *Die Zukunft der Dritten Welt*. Wien, Kurswechselbuch: 61-70.
- Fernandes, A C 1996 Conflicts in Regional and Trade Policies: a Case Study of Northeast Brazil in the 1980s. University of Sussex, Dept. of Geography, PhD Thesis.
- Fernandes, F 1997a Eletroeletrônico fatura 16% mais em 96. In: *Folha de São Paulo*, 07/01/97.
- Fernandes, F 1997b Médico cobra R\$ 75 por consulta em SP. In: *Folha de São Paulo*, 17/01/97.
- Fiori, José Luis 1995 O vôo da coruja. Uma leitura não-liberal da crise do estado desenvolvimentista. Rio de Janeiro, Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Folha de São Paulo 1996 Quem perde com a mundialização, em 13/10/96.
- _____ 1997 MP dos carros gera déficit de US\$1,4 bi, em 02/04/97.
- _____ 1997 Déficit em transação corrente dobra, em 15/04/97.
- _____ 1997 Salários mais baixos caem 15% ao ano, em 24/07/97.
- _____ 1997 Real se desvalorizou 8% em um ano e meio, em 03/08/97.
- Freitas, J 1996 Nesta data querida. In: *Folha de São Paulo*, 03/11/96.
- Laplane, M e Sarti, F 1997 Investimento direto estrangeiro e a retomada do crescimento sustentável nos anos 90. In *Economia e Sociedade*, no. 8.
- Lírio S 1997a Indústria de São Paulo faz 176.142 demissões em 96. In: *Folha de São Paulo*, 14/01/97.
- Lírio S 1997b Venda ultrapassa 2 milhões de unidades. In: *Folha de São Paulo*, 17/01/97.
- Marin, D C 1997 Exportações ultrapassam R\$ 47 bi em 96. In: *Folha de São Paulo*, 08/01/97.
- Medici, A C 1995 Políticas Sociais e Federalismo. In: Affonso, R e Silva, P (eds.), *A Federação em Perspectiva. Ensaios selecionados*. São Paulo, Fundap: 285-304.
- Melo, J C 1997 A lei é o limite. In *Revista Veja*, 05/03/97.
- Musacchio, A 1996 Illusionen der neomerkantilistischen Integrationsstrategie: Der Fall Argentinien. In Becker et al., *Die Zukunft der Dritten Welt*. Wien, Kurswechselbuch: 49-60
- Nogueira Batista Jr., P 1997 A distribuição de renda depois do Plano Real. In *Folha de São Paulo*, 06/03/97.
- Novy, A 1996 Zivilgesellschaft: Hoffnungsträger oder Trojanisches Pferd? In *KURSWECHSEL* 1/96: 26-38.

- Novy, A e Fernandes, A C 1997 Die reale Vorherrschaft des Goldes: der brasilianische *Plano Real*, in Gabriel, L (org.) *Die globale Vereinnahmung*. Frankfurt, Brandes & Apsel/Südwind, 49-67.
- Oliveira, F de 1997 FHC é o comandante que a elite esperava, diz Oliveira. Entrevista por Ana Maria Mandim. In *Folha de São Paulo*, 10/02/97.
- Patú, Gustavo, Ribeiro, Alex 1997 Socorro aos bancos elevou dívida interna. In *Folha de São Paulo*, 28/01/97.
- Pinto, C 1997a BC acelerou o câmbio. In *Folha de São Paulo*, 05/01/97.
- Pinto, C 1997b Um alerta externo. In *Folha de São Paulo*, 07/01/97.
- Pires, C 1997a Classe média empobrece, diz estudo. In *Folha de São Paulo*, 13/01/97.
- Rossi, C 1997 O acadêmico x o presidente. In *Folha de São Paulo*, 14/02/97.
- Ribeiro, Alex 1997 Transações correntes estouram meta. In *Folha de São Paulo*, 25/01/97.
- Rückert, Isabel Noemia (1996): O crescimento da dívida pública frente à estabilização econômica. In *Carta de Conjuntura*, FEE. Porto Alegre, FEE.
- Schwaiger, E 1996 Das partizipative Budgeterstellungsmodell in Porto Alegre: Lokale Reformpolitik durch Stärkung der Zivilgesellschaft. In *Journal für Entwicklungspolitik*, 3/96: 331-342.
- Somoggi, L 1997 Faz sentido? In *Revista Exame*, 09/01.
- Suassuna, N 1996 O Poder Executivo abusa do direito de editar medidas provisórias. SIM-crescimento vertiginoso. In *Folha de São Paulo*, 21/12/96.
- Tavares, M C 1997 As alianças do mal. In *Folha de São Paulo*, 09/02/97.
- Toledo, J R 1997 Dívida comprime gasto social do governo. In *Folha de São Paulo* 12/02/97.
- Veja 1996 Entrevista com Rudiger Dornbusch. In *Revista Veja*, 6/11: 9-11.
- Zini Jr, A A 1997 Desigualdade de renda no Brasil. In *Folha de São Paulo*, 02/03/97.



Abteilung für Stadt- und Regionalentwicklung
Wirtschaftsuniversität Wien
Abteilungsleiter: o.Univ.Prof. Edward M. Bergman, PhD

Roßauer Lände 23/3
A-1090 Wien, Austria

Tel.: +43-1-31336/4777 Fax: +43-1-31336/705 E-Mail: sre@wu-wien.ac.at
<http://www.wu-wien.ac.at/inst/sre>